

Prêmio Mario Covas 2008

Roteiro de Apresentação do Relatório Descritivo

Identificação

Título:

Projeto Ambiental Estratégico Município Verde.

Nome das instituições envolvidas:

Secretaria do Meio Ambiente, seus órgãos vinculados e CETESB.

Área de Aplicação:

Gabinete do Secretário/Chefia de Gabinete/Assessorias - Núcleo Município Verde e os Municípios do Estado de São Paulo

Responsáveis pela inscrição:

José Walter Figueiredo, Mariana de Oliveira Gianiaki e Roberta Buendia Sabbagh.

Integrantes da equipe:

Ana Luiza Borja Ribeiro Lima – Arquiteta; Carlos Alberto Machado Rodrigues – Administrativo; Cláudio José Silveira – Engenheiro Civil; Debora Marcondes Martins Fontes - Processamento de Dados; Dione Zangelmi Abrahão Pradella – Engenheira Agrônoma; José Miguel Caram – Administrador; José Walter Figueiredo Silva – Engenheiro Agrônomo; Maria Helena Casemiro Jordão – Jornalista; Mariana de Oliveira Gianiaki – Gestora Ambiental; Marta Teresa Deucher – Geóloga; Rodrigo Veloso Arcediacono - Processamento de Dados; Rosemeire Ceretti – Administrativo; Teresa Almeida da Silva – Estagiária em Pedagogia; Tiago Antonio Moraes – Advogado; Ubirajara Guimarães – Chefe de Gabinete/Gerente do Projeto Município Verde

Categoria: *Excelência em Gestão Pública*

Problema enfrentado ou oportunidade percebida e solução adotada

Na década de 1980 a ONU – Organização das Nações Unidas - organizou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, que reuniu 21 pessoas, entre políticos, diplomatas e cientistas de vários países, para a discussão sobre o *NOSSO FUTURO COMUM*, título do documento resultante desse encontro. Neste relatório é proposto e acordado o conceito de desenvolvimento sustentável que se tornou uma meta a ser alcançada pelos países. O Desenvolvimento Sustentável define-se neste momento como: “desenvolvimento que satisfaz às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades” (WCED, 1987).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**



Para ratificar as propostas desta Comissão foi realizado o segundo grande encontro internacional da ONU chamado de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano – Rio 92, realizada no Rio de Janeiro e que contou com a presença de 178 Estados-Nação que legitimaram a importância da discussão. Diversos foram os resultados, sendo importante destacar nesta oportunidade a proposição da implementação de uma Agenda 21.

A Agenda 21 é um documento com as estratégias que devem ser adotadas para a sustentabilidade nas diversas localidades por seus respectivos governos, com diversas ações de aplicação imediata que poderiam ser aplicadas para o combate da crise ambiental. São 40 capítulos com 2.500 ações que cada governante deve aplicar de acordo com sua realidade, sendo que um de seus capítulos aborda especificamente a questão da gestão municipal, que resultou na proposta de elaboração da *Agenda 21 Local*. Isto ressaltou a importância da descentralização da gestão ambiental, como forma de atingir os objetivos constantes no conceito de desenvolvimento sustentável, onde: “*Pensar globalmente, agir localmente*”, passou a ser o discurso a ser incorporado.

Some-se a isto o esforço da Constituição Federal de 1988 pela descentralização de diversas políticas públicas setoriais – como saúde, educação e meio ambiente – entre os entes federativos, como, a esfera municipal. De acordo com o artigo 23, são estabelecidas diversas competências comuns entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e entre elas de proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora.

Após quase duas décadas esta tendência tem se fortalecido, mas na gestão ambiental ainda deixa a desejar. A falta de proximidade e a capilaridade no relacionamento entre o órgão estadual e os municipais não permitia, até então, o avanço e o desenvolvimento de políticas públicas que agregassem a qualidade socioambiental e o atendimento das demandas da população.

Desde fevereiro de 2007, quando o IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - divulgou seu primeiro relatório, a sociedade despertou definitivamente para a questão ambiental. Governos, empresas e sociedade perceberam, mais claramente, a necessidade de se investir no desenvolvimento sustentável. O tema estava na agenda dos governos. E neste contexto, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente formulou sua agenda de governo para os próximos quatro anos: os 21 Projetos Ambientais Estratégicos.

O principal item a ser destacado nesta agenda, e aqui apresentado, é o Projeto Município Verde, pois ao mesmo tempo em que integra os outros 20 projetos ambientais



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**



estratégicos da SMA, possibilita e vem estabelecendo a interação direta com todos os municípios do Estado de São Paulo.

Trata-se de um projeto ambiental que quebra paradigmas por suas ações sistêmicas que fomentam a participação municipal na política ambiental. E que, em contrapartida, oferece a possibilidade da priorização no acesso aos recursos públicos estaduais àqueles municípios que se responsabilizam pela execução de 10 diretrizes propostas, na adesão ao Protocolo do Município Verde, além de garantir uma política estadual com sinergia das ações ambientais.

Três aspectos importantes na concretização do Projeto Município Verde:

- Atuação em parceria, numa gestão compartilhada com as prefeituras, concretizando o disposto no artigo 23 da Constituição Federal/88, proporcionando um planejamento mais adequado aos interesses e peculiaridades de cada município;
- A implementação do planejamento ambiental integrado;
- Integração dos projetos profissionais das diferentes áreas da Secretaria do Meio Ambiente e de seus órgãos vinculados.

O principal objetivo dessa proposta de governo é a descentralização da política ambiental, na busca pela participação dos municípios, dos órgãos legislativos e sociedade civil no processo de gerenciamento ambiental local, incorporando esta questão nas agendas político-administrativas de cada municipalidade. Tudo isto visando harmonizar as relações entre os interesses e as necessidades socioambientais municipais e do estado, para tornar mais eficaz e ágil o atendimento às demandas ambientais, sem contemporizações.

O compromisso voluntário da Prefeitura Municipal ocorre com a adesão ao Protocolo Verde, que insere no território sob sua jurisdição, o planejamento, a gestão ambiental visando a melhoria da qualidade ambiental e social de seu município, tomando por base 10 Diretrizes Ambientais, estabelecidas para esse fim.

A adesão é realizada, impreterivelmente, com a assinatura do Prefeito com o testemunho de pelo menos um Vereador e um representante da sociedade civil.

As 10 Diretrizes Ambientais propostas e seus objetivos gerais:

1. ESGOTO TRATADO - Realizar a coleta e o tratamento de esgoto doméstico;
2. LIXO MÍNIMO - Eliminar até 2010 os lixões a céu aberto, promovendo a coleta seletiva e reciclagem;
3. RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES - Ampliar e recuperar as matas ciliares existentes;
4. ARBORIZAÇÃO URBANA - Aprimorar as áreas verdes municipais, visando atingir 12 m² por habitante (meta sugerida pela Organização Mundial da Saúde – OMS);



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**



5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Implementar programa de educação ambiental na rede de ensino municipal;
6. HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL - Definir critérios de sustentabilidade nas obras e construções municipais;
7. USO DA ÁGUA - Implantar programa municipal contra o desperdício de água;
8. POLUIÇÃO DO AR - Auxiliar o governo no combate da poluição atmosférica;
9. ESTRUTURA AMBIENTAL - Criar um Departamento ou Secretaria municipal de meio ambiente;
10. CONSELHO AMBIENTAL - Constituir o Conselho de Meio Ambiente, envolvendo a comunidade local.

Com a adesão ao Protocolo Verde a Prefeitura se compromete a elaborar o Plano de Ação, onde devem constar suas propostas para o de cumprimento das diretivas e o fornecimento de outras informações ambientais. Esse Plano de Ação é composto por Dados do Município e Plano de Metas. Também deve ser indicado o interlocutor, representante da Prefeitura Municipal que é o contato da Secretaria de Meio Ambiente com a prefeitura e responsável pela elaboração deste plano. Este interlocutor é um servidor municipal que fala a linguagem da Secretaria e entende o contexto do estado e dos problemas ambientais.

Em julho de 2007, o Projeto foi lançado no Palácio dos Bandeirantes, quando 393 Prefeituras, acompanhadas de seus testemunhos, assinaram seus compromissos no cumprimento das 10 Diretivas Ambientais.

O detalhamento das 10 Diretivas Ambientais, os critérios de avaliação, o sistema de pontuação e outros detalhes que seriam utilizados para avaliação dos Planos de Ação foram estabelecidos pela Resolução SMA n° 09, em janeiro de 2008.

Nesta Resolução é proposto o Índice de Avaliação Ambiental – IAA - que permite avaliar a gestão municipal frente às 10 Diretivas Ambientais, durante o período de um ano. A partir do IAA e após a análise dos planos de ação, os municípios recebem uma nota, e é estabelecido o *ranking*. A idéia é que todo esse processo seja repetido anualmente. A evolução dos critérios das diretivas direciona para excelência da gestão ambiental municipal e conseqüentemente, torna melhor a qualidade socioambiental do Estado de São Paulo.

Com o objetivo de aproximar a Secretaria e os municípios e dar publicidade e divulgação ao Projeto e colaborar com as prefeituras municipais para executarem uma política ambiental eficaz, foram realizados:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**



- 32 Seminários para disseminar o projeto, fornecer subsídios técnicos e geo-cartográficos, esclarecer dúvidas sobre as 10 Diretivas. Esta atuação envolveu mais de 4.000 pessoas;
- Visitas amostrais para avaliar a aderência do Plano apresentado à realidade local;
- Capacitação dos municípios no que se refere à Diretiva Lixo Mínimo, com interface ao Projeto Estratégico Lixo Mínimo;
- Palestras em Universidades públicas e privadas e nos municípios que as solicitaram.

Para o acompanhamento dos Planos de Ação elaborados pelos interlocutores municipais foi criado um sistema específico, *on line*, disponibilizado no www.cetesb.sp.gov.br/municipioverde, onde há necessidade de cadastramento de cada interlocutor, que detém acesso somente aos dados referentes a seu município. Ao público interessado as informações detalhadas sobre o trabalho e sobre o projeto estão disponíveis no *site* www.ambiente.sp.gov.br/municipioverde.

Um dos grandes aprendizados do Projeto é que a priorização de ações viabiliza e facilita a implementação da política ambiental. Por mais simples que possa parecer, estabelecer as prioridades fez uma grande diferença. O foco nos aspectos mais importantes, a integração nas ações - replicando lições aprendidas de município para município - com a coordenação do Estado, trouxe resultados relevantes. Muitas vezes, por falta de maiores informações ou desconhecimento sobre os aspectos mais relevantes a serem abordados para uma política ambiental adequada, optava-se por não fazer.

O diálogo aberto, a aproximação e a troca de informações também foram fatores fundamentais que contribuíram para o sucesso deste Projeto. A disposição em estreitar as relações entre o estado e a esfera municipal surpreendeu pela grande receptividade que houve por parte das prefeituras e da sociedade civil, que demonstraram compreender a importância desta ação conjunta, em prol da melhoria no gerenciamento das questões socioambientais e do desenvolvimento sustentável local e, conseqüentemente, do Estado de São Paulo, superando diferenças políticas existentes entre o estado e os municípios.

Um ponto importante a ser priorizado em 2009 é a otimização de esforços com outras ações, que resulta em avanços importantes, como foi o trabalho conjunto deste Projeto com o Projeto Lixo Mínimo, uma parceria eficiente como será abordado a seguir.

Três questões estão sendo enfrentadas com este Projeto:

- A incorporação de uma agenda ambiental na agenda política, priorizando questões ambientais na nova gestão municipal, após as últimas eleições;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



- A obtenção de informações, consolidação e disponibilização, que muitas vezes são fragmentadas ou de difícil acesso;
- E o reconhecimento da importância do planejamento na gestão ambiental.

Outro grande desafio tem sido a desmistificação sobre a ineficiência do poder público perante a sociedade. No entanto, os resultados obtidos têm tido seu reconhecimento e apoio inclusive de representantes da sociedade civil, entendendo que a qualidade ambiental é um assunto que interessa a todos os atores sociais e que se torna realmente importante o apoio a iniciativas neste sentido.

Eficiência no uso dos recursos públicos e desburocratização

A estratégia, que deslocou os profissionais da SMA aos municípios participantes, possibilitou maior conhecimento sobre a realidade de cada local e os seminários técnicos realizados *in loco*, o atendimento pessoal aos interlocutores, técnicos, prefeitos, e à população local, proporcionou segurança e comprometimento por parte dos municípios em relação ao Projeto.

A valorização sobre a importância do trabalho conjunto para a resolução das dificuldades e no gerenciamento ambiental, foi o mecanismo adotado para garantir o interesse e a participação efetiva destes atores.

Esse trabalho conjunto contou ainda com a aproximação dos técnicos e gestores dos poderes executivo e legislativo municipais, em função da execução das 10 Diretivas Ambientais, que demandaram a elaboração de algumas normas para cumprimento de determinados critérios de avaliação.

Some-se a isso a existência permanente de uma equipe do Projeto que constantemente se dedica a atender as dúvidas e encaminhar as solicitações das municipalidades, consolidando o relacionamento entre o Estado e os municípios.

A formação de uma equipe multidisciplinar e especializada permitiu otimizar o trâmite dos processos, desburocratizando sistemas para os municípios, facilitando para os gestores municipais, a obtenção de informações e o encaminhamento das demandas.

Foram aspectos determinantes para o sucesso na execução da proposta:

- A integração entre os 21 Projetos Estratégicos, que são aplicadores específicos das Diretivas do Projeto Município Verde;
- A aproximação interpessoal;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



- A discussão aberta entre técnicos das diferentes áreas e órgãos vinculados, sobre encaminhamentos a serem dados.

Esta equipe multidisciplinar é composta por jornalista, engenheiros, geólogo, arquiteto, administrador, advogado, gestor ambiental, que interagem em seu cotidiano no mesmo espaço físico. Esta multidisciplinaridade integrou pontos de vista diferenciados, fundamentais à elaboração de uma estratégia eficiente que pudesse atender de forma satisfatória as necessidades e anseios dos diferentes entes sociais.

Para uma melhor eficiência no uso dos recursos, a Secretaria priorizou a disponibilização de Fundos específicos para o combate a poluição ambiental para aqueles municípios interessados, engajados e que estavam dispostos a implementar ações concretas para a melhoria da qualidade ambiental, concretizando o resultado com ações sinérgicas.

Aproximar o corpo técnico da Secretaria e seus órgãos vinculados no atendimento às municipalidades também foi uma medida eficaz. A eficiência no uso dos recursos públicos também foi resultado da otimização de esforços de outros Projetos Estratégicos como Esgoto Tratado e Respira São Paulo, na elaboração das diretivas, com foco nas prioridades e as ações concretas.

Gestão de pessoas

Além de oferecer cursos e capacitar agentes municipais, a SMA estimula que estes sejam idealizados no âmbito de cada município, preconizado através da décima diretiva do Projeto Município Verde, de modo que as prefeituras realizem e incentivem a capacitação de seus funcionários e agentes públicos.

A qualificação dos profissionais da área ambiental depende de uma intensa e freqüente atualização sobre as políticas públicas em desenvolvimento, com relação à legislação pertinente, métodos, experiências técnicas realizadas, inclusive em um contexto mundial. A busca por caminhos adequados ao desenvolvimento sustentável local, em consonância às possibilidades de aplicação prática de cada município, depende desta postura. Somente com esta visão holística sobre a questão ambiental, utilizando todos os recursos técnicos, legais e administrativos possíveis, torna-se viável atender às necessidades e interesses locais com eficiência.

Além da equipe do projeto, outras as áreas da Secretaria, seus órgãos vinculados e a CETESB são mobilizadas e consultadas de acordo com cada assunto específico. Por exemplo, no que se refere a resíduos sólidos, as equipes do projeto e da CETESB passaram a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**



trabalhar conjuntamente com o objetivo de somar esforços para a proposição de uma política estadual de coleta seletiva e na busca por providências que eliminem todos os lixões (áreas irregulares de disposição de resíduos) do estado, valorizando e desenvolvendo a integração dos técnicos que trabalham diretamente com estes temas mais específicos, que não são de domínio da equipe do Projeto.

Para a capacitação de agentes municipais no gerenciamento de aterros (áreas regulares de disposição de resíduos), a parceria com o Projeto LIXO MÍNIMO, tem sido importante para as prefeituras, pois traz orientações para providências no sentido de melhorar as condições dos aterros e valas (utilizadas em municípios de menor porte), além de orientar e disseminar experiências, através de técnicos qualificados, para a implementação e aperfeiçoamento do processo de coleta seletiva nos municípios.

Outro aspecto importante para consolidar a gestão de pessoal é o estímulo a criatividade à busca por soluções inovadoras. O formato do Projeto indica metas a serem cumpridas. Mas isto não significa que são determinados os meios de execução destas ações. Os meios a serem atingidas estas metas ficam a critério de cada município. Essa autonomia colabora com um dos objetivos principais da proposta que é justamente a co-responsabilidade entre o Estado e os municípios na execução destas tarefas. Permite ainda que sejam respeitadas suas possibilidades estruturais e que estas ações atendam aos seus objetivos próprios, peculiares em cada localidade.

A valorização de pessoal também é um aspecto fundamental. A Secretaria do Meio Ambiente busca aproximar-se e estimular aos interlocutores, premiando aqueles que mais se envolvem e destacam em seu trabalho, motivando ainda mais estes gestores públicos municipais a realizar seu planejamento com qualidade. Ainda com o objetivo de motivação, os municípios também são premiados. Aos que receberam melhor pontuação em cada Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGHRI, unidade de planejamento utilizada pelo projeto - é dado o Prêmio André Franco Montoro, em homenagem ao ex-Governador do Estado de São Paulo, precursor da proposta de descentralização. Parafraseando, o ex-governador dita que: *“Descentralizar é colocar o governo mais perto do povo e por isso torná-lo mais participativo, mais eficiente e mais democrático”*.

A integração de recursos humanos também é um ganho do projeto. Integração entre o estado e municípios, técnicos e gestores, sociedade civil e poder público e, principalmente, entre as diferentes áreas e organizações do Sistema de Meio Ambiente.

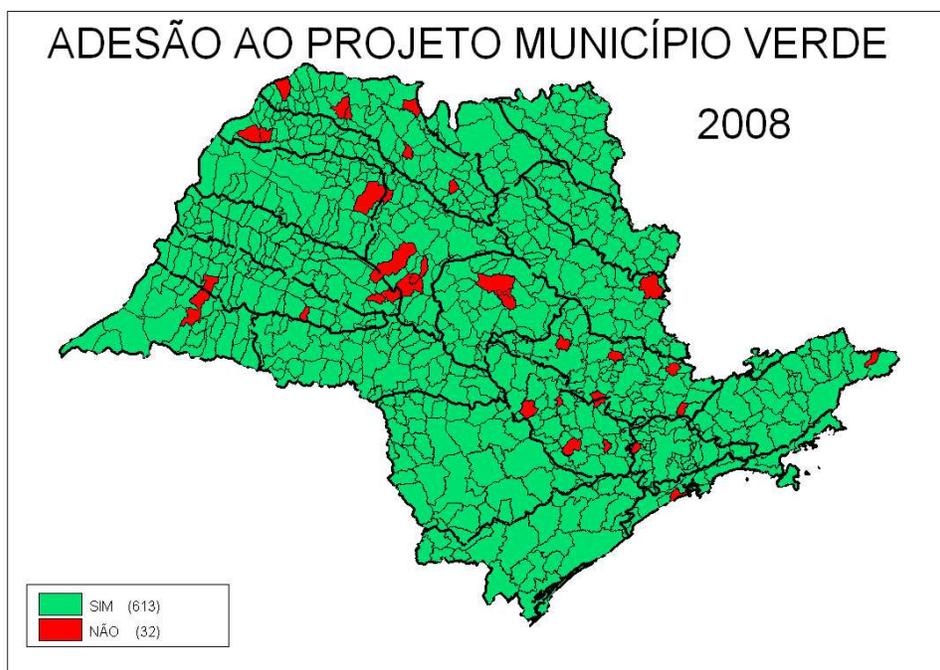
Um exemplo disso é a participação de outras áreas na proposição de mecanismos ou índices na avaliação das diretivas, tanto no que diz respeito a índices pré-existentes, quanto na elaboração de novos que subsidiaram os critérios de avaliação.

Na diretiva LIXO MÍNIMO, é utilizado o Índice de Disposição de Resíduos Sólidos - IQR - que avalia a condição da disposição dos resíduos domésticos dos municípios. Para complementar as informações sobre este tema foram elaborados dois índices: Índice de Coleta e Tratabilidade do Esgoto Municipal – ICTEM - que permitiu um panorama sobre as condições do saneamento do Estado de São Paulo e o Índice de Coleta Seletiva - ICS.

Efetividade de resultados

Lançado em junho de 2007, o projeto Município Verde surgiu como uma proposta de descentralização da agenda ambiental paulista. Hoje 613 assinaram o termo de adesão, e destes, 521 indicaram interlocutores e 332 entregaram o plano de ação completo, intitulado plano de metas, que permitiu à equipe do Município Verde avaliar o empenho do município através dos progressos ambientais apresentados na localidade. Alguns resultados específicos serão tratados em seguida.

Abaixo segue uma figura mostrando a espacialização das adesões ao Projeto Município Verde. A grande maioria aderiu à idéia:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



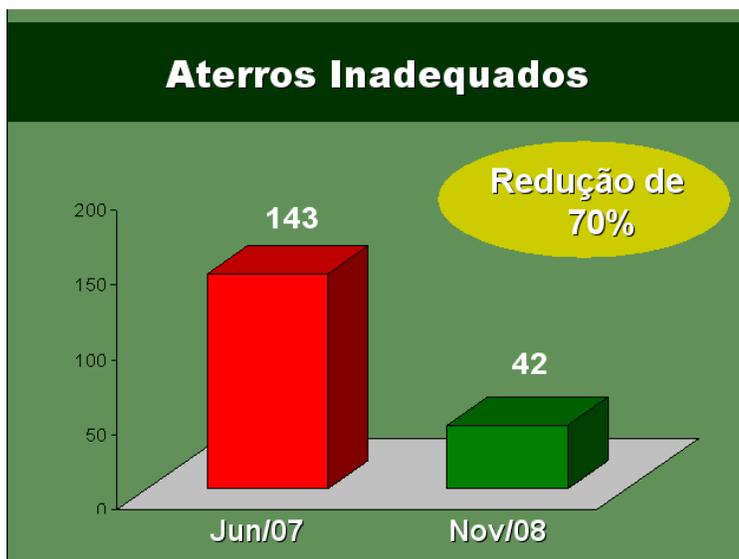
Em 26 de novembro de 2008, no Memorial da América Latina, foi realizado o Encontro Estadual do Município Verde, quando foi publicado o *1º Ranking Estadual dos Municípios Verdes*.

A presença de 1500 pessoas, entre prefeitos, interlocutores, técnicos, Deputados Estaduais e Federais, representantes da sociedade civil, das Agendas 21 e demais envolvidos com o projeto neste dia, reafirma a legitimidade e pertinência desse trabalho.

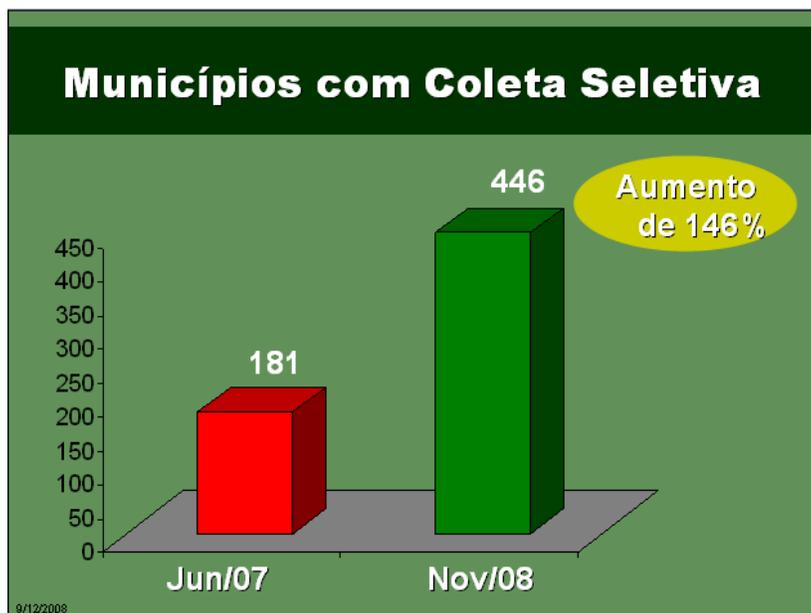
Dos 332 que elaboraram seus planos de ação em função do cumprimento das 10 diretrizes propostas, foram 44 os municípios certificados pelo Município Verde, considerando a obtenção de no mínimo 80 pontos. Estes municípios foram reconhecidos por sua Gestão Ambiental e pela sua disposição no trabalho compartilhado com o Governo do Estado do São Paulo, por estarem *pensando globalmente e agindo localmente*.

Para as Diretivas Ambientais serão apresentados os resultados obtidos após um ano de trabalho realizado.

1. **Lixo Mínimo:** Houve uma redução, desde o início da gestão, de 70% dos aterros que estavam em situação inadequada (em dezembro de 2007, 137 municípios operavam inadequadamente os aterros, enquanto 42 em novembro de 2008).



Outro resultado importante do Projeto é o aumento de 146% do número de iniciativas municipais de coleta seletiva.

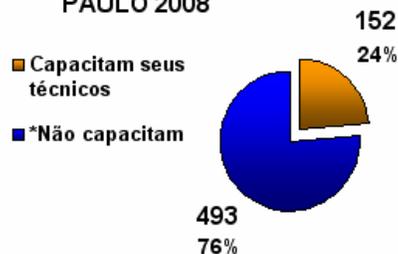


2. **Habitação Sustentável:** Após a implementação do projeto, 108 municípios instituíram normas com o objetivo de garantir a procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados no município, visando, principalmente o uso de madeira legal na construção civil.

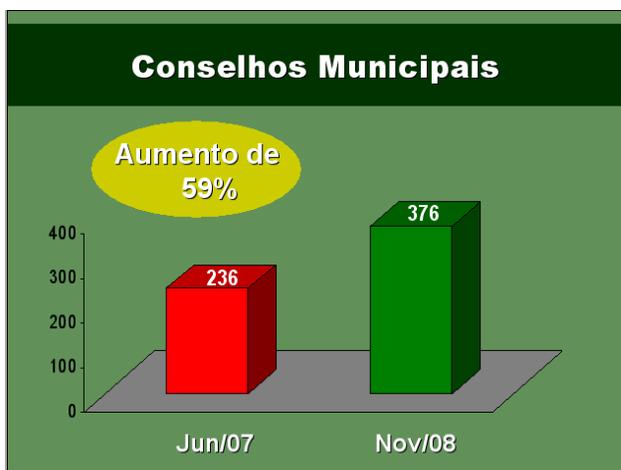
3. **Estrutura Ambiental:** Houve aumento de 95% do número de estruturas criadas nos municípios para trabalhar a gestão ambiental. Isto resultou também na ampliação de empregos na área ambiental no interior do estado. Um dos critérios avaliados foi quanto ao estímulo e realização de capacitação de agentes técnicos municipais, onde ainda apenas 152 municípios o fazem, conforme abaixo:



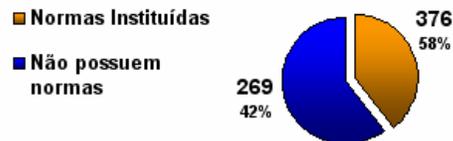
REALIZAM CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO 2008



4. **Conselho Ambiental:** Aumento de 59%, o que significou a ampliação da participação da sociedade civil na política ambiental municipal. Ainda temos a maioria dos municípios sem este importante instrumento de cidadania.



NORMAS PARA ESTABELECIMENTO DE CONSELHOS AMBIENTAIS MUNICIPAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO 2008



Outros dados importantes foram computados a partir dos planos de ação:

- 280 projetos de conservação e recuperação de matas ciliares;
- 216 Viveiros Municipais;
- 120 municípios instituíram Educação Ambiental nas escolas públicas



Promoção da transparência e do controle social

O trabalho, desde o início, busca a participação efetiva de todos os atores sociais, incluindo-os inclusive como testemunhas da adesão ao Projeto Município Verde.

Os seminários realizados em cada UGRHI, o *site* com informações sobre o Projeto, os *emails* e os técnicos ficam a disposição para esclarecimentos permanentemente. Alguns questionamentos e consultas, com relação ao encaminhamento do Projeto, foram realizados por organizações não-governamentais - ONG's - e prontamente atendidas.

A mídia colaborou enormemente para divulgação do Projeto e possibilitou maior proximidade da sociedade civil à proposta. A sociedade interada acompanhou mais de perto o desenvolvimento das ações executadas pelas prefeituras.

Esta abertura foi fundamental para que manifestações favoráveis ao Projeto fossem realizadas. Foi elaborada uma carta por representantes atuantes da sociedade civil do ABC Paulista, assinada pelos “prefeituráveis” da região, que colocava o Projeto Município Verde, dentre outras ações, como um compromisso a ser cumprido por cada um deles, caso fossem eleitos.

Algumas semanas antes do lançamento do ranking, a equipe do Município Verde esteve presente em diversos municípios, realizando reuniões com a imprensa e conselhos de meio ambiente local com o intuito de explicar e mostrar a importância da veiculação desta iniciativa. As reuniões ocorreram nas prefeituras e secretarias municipais ou onde os interlocutores acharam conveniente.

Desenvolvimento de parcerias com outras entidades do setor público, social ou privado

Além das prefeituras, a participação das Secretarias de Educação, Saneamento e Energia, Habitação, Agricultura e Abastecimento são fundamentais.

No caso da Diretiva Ambiental Mata Ciliar, a participação das Casas de Agricultura foi um dos mecanismos para verificar a existência, e até para colaborar com o município para a elaboração do projeto de recuperação.

Na Diretiva Ambiental de Construções Sustentáveis, a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional tem participado e atuado ativamente nos municípios.

Por fim, as informações sobre algumas diretivas específicas, foram obtidas e verificadas a partir de dados coletados anteriormente por órgãos vinculados e parceiros da SMA.



Processo de informações

A integração de projetos, pessoas, áreas, municípios e o estado; da secretaria do meio ambiente e dos demais órgãos, e a existência dos interlocutores foram estes os processos que facilitaram e permitiram o fluxo de informações e o intercâmbio de idéias. A integração de municípios em seminários conjuntos também permitiu a otimização de ações e as trocas de informações, como as lições aprendidas.

A presença dos técnicos do estado em cada município trouxe segurança sobre o comprometimento do estado na execução deste Projeto. A disposição dos municípios e a consciência sobre a necessidade de ambos nessa cooperação, estimularam o trabalho das duas partes.

Incontestável que as tarefas a serem realizadas rumo ao desenvolvimento sustentável serão cumpridas com muito mais eficiência com a participação municipal. Obviamente o Projeto, tendo que atender aos 645 municípios, não pretende resolver todas as questões ambientais ou socioambientais dos municípios e sim mostrar as diversas possibilidades existentes e consolidar parceria, oferecendo todo o suporte necessário que for possível.

A atuação do Projeto Município Verde tem focado na transferência de conhecimentos da Secretaria para os municípios, além de disseminar dados importantes sobre os projetos e de resultados significativos de um município para o outro. Os seminários, as capacitações e o sistema *on line* de informações, são provas disto.

Aprendizado organizacional

Após este primeiro ano do Projeto, foram agregadas informações detalhadas com relação a questões socioambientais, as quais em sua maioria, não haviam sendo consideradas na gestão municipal.

Sobre cada um dos municípios participantes, há hoje um panorama geral do município, não só tangenciando as 10 diretrizes ambientais, mas também com relação a índices de relevante importância aos municípios.

Foi possível também estabelecer uma base de dados que, atualizada a cada ano, poderá se tornar um instrumento de mensuração sobre o grau de desenvolvimento do processo de gestão ambiental em cada um desses municípios e do Estado de São Paulo ano a ano.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



Os seminários apresentados em parceria com os demais Projetos Estratégicos, e seus departamentos executores, na prática, permitem a capacitação dos participantes sobre as atividades desenvolvidas pela SMA em função de cada diretiva. Por serem realizados por UGRHIS, possibilitam a troca de experiências entre municípios da mesma região, que por sua vez, tenham características similares que possam ser incorporadas.

Outra ferramenta de fundamental importância utilizada é a *internet*, que permitiu o trânsito de e-mails com normas, boas experiências realizadas - que cumprem com os objetivos das diretivas e que servem de base para elaboração do arcabouço legal e técnico que os municípios necessitam - entre outros atendimentos.

Responsabilidade social

A possibilidade maior, para o êxito do Projeto foi justamente baseá-lo num relacionamento estreito e aberto, não somente com os governos municipais, mas também com os diferentes atores da sociedade. Subsidiá-los com as informações necessárias que lhes permita avaliar e concluir sobre a importância do trabalho em cooperação na questão ambiental e na tomada de decisões sobre os rumos que devemos tomar.

Todo o conteúdo deste projeto é baseado no conceito de desenvolvimento sustentável e abrange especificamente as questões ambientais como forma de garantir a qualidade de vida e o bem-estar socioambiental dos municípios e, conseqüentemente, do Estado de São Paulo.

Uma vez que os municípios tenham percebido que estas iniciativas proporcionam grandes benefícios a toda a sociedade, e que estejam estruturados e capacitados para isto, o desenvolvimento do trabalho do Projeto Município Verde se estabelecerá e terá cumprido com seu objetivo.